



Méliuz S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 14.110.585/0001-07 - NIRE 3130011265-9

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 29 de abril de 2022

1. **Data, Hora e Local:** Aos 29 de abril de 2022, às 11h, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"). Conforme o artigo 4º, § 3º da ICVM 481, estas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Méliuz S.A. ("AGOE" e "Companhia", respectivamente) foram consideradas como realizadas na sede social da Companhia, localizada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Andaluzita, nº 131, bairro Carmo, CEP 30310-030. 2. **Convocação e Publicações:** (a) Edital de primeira convocação publicado no Jornal "Hoje em Dia" (i) nas edições impressas de 29 de março de 2022 - página 14, 30 de março de 2022 - página 07, e 31 de março de 2022 - página 06, e (ii) nas edições digitais de 29 de março de 2022, 30 de março de 2022 e 31 de março de 2022, em conformidade com os Artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"); (b) Anúncio de disponibilidade para consulta pelos acionistas do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, da declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes, bem como do Parecer do Comitê de Auditoria ("Documentos da Administração"), publicados no Jornal "Hoje em Dia" (i) nas edições impressas de 29 de março de 2022 - página 14, 30 de março de 2022 - página 05, e 31 de março de 2022 - página 06, e (ii) nas edições digitais de 29 de março de 2022, 30 de março de 2022 e 31 de março de 2022, em conformidade com os Artigos 133 e 289 da Lei nº 6.404/76; e (c) Documentos da Administração publicados no Jornal "Hoje em Dia" (i) na edição impressa de 31 de março de 2022 - páginas 05 e 06, e (ii) na edição digital de 31 de março de 2022, em conformidade com os Artigos 133 e 289 da Lei nº 6.404/76. Todos os documentos indicados acima também foram disponibilizados no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://n.meliuz.com.br/>). Não há parecer do Conselho Fiscal, tendo em vista que este conselho não se encontra instalado. O Manual de Participação e a Proposta da Administração para a AGOE ("Manual"), e demais documentos e informações relativos à ordem do dia, foram disponibilizados no *website* de Relações com Investidores da Companhia e nos *websites* da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), em conformidade com a ICVM 481. 3. **Presença:** Presentes, na assembleia geral ordinária, acionistas representando 35,59% (correspondentes a 285.511.696 ações) do capital social da Companhia com direito a voto, e, na assembleia geral extraordinária, acionistas representando 35,59% (correspondentes a 285.511.696 ações) do capital social da Companhia com direito a voto, conforme se verifica: (i) pelas instruções de voto a distância válidas recebidas por meio da Central Depositária da B3 e do agente escriturador das ações de emissão da Companhia ou pelos boletins de voto a distância recebidos diretamente pela Companhia, nos termos da regulamentação da CVM e (ii) pelas presenças registradas no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, nos termos do Artigo 21-V, inciso III, da ICVM 481. Presentes, também, o Sr. Rogério Xavier Magalhães, representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; o Sr. Luciano Cardoso Valle, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e o Sr. Matheus Costa Ferreira, coordenador do Comitê de Auditoria. 4. **Mesa:** Por indicação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Márcio Loures de Araújo Penna, Presidente, que indicou o Sr. Alexandre Rocha Rimulo como Secretário. 5. **Ordem do Dia:** Consta da ordem do dia as seguintes matérias: (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberar acerca da proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2022; e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre o aumento do número de membros que atualmente compõem o Conselho de Administração da Companhia, de 7 (sete) membros para 8 (oito) membros; e (ii) eleger 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, por prazo de mandato unificado ao dos demais membros do Conselho de Administração, até 1º de setembro de 2022. 6. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos foi (a) dispensada a leitura do mapa de votação consolidado nos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes consoante o § 4º do Artigo 21-W da ICVM 481, (b) dispensada a leitura do Edital de Convocação, do Manual e dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta AGOE; (c) esclarecido que as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentados serão numeradas, recebidas e autenticadas pelo Secretário da Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos disposto no § 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76; e (d) aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. 6.1. **Em Assembleia Geral Ordinária:** Prestados os esclarecimentos preliminares, o Sr. Presidente colocou em votação os itens da Ordem do Dia referentes à Assembleia Geral Ordinária, tendo sido tomadas pelas acionistas as seguintes deliberações, registrando-se as abstenções e votos favoráveis e contrários, em cada caso: 6.1.1. Aprovar, sem emendas ou ressalvas, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 25.442.818 votos a favor, nenhum voto contra, e 260.068.878 abstenções, incluindo as ações detidas pelos legalmente impedidos, as Contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. 6.1.2. Aprovar, sem emendas ou ressalvas, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 285.511.696 votos a favor, nenhum voto contra, e nenhuma abstenção, a seguinte proposta da administração para a destinação do prejuízo apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondente ao montante de R\$ 37.808.000,00: (a) Destinação da Reserva de Lucros: R\$ 3.405.000,00, serão deduzidos da Reserva de Lucros da Companhia; (b) Prejuízo Acumulado: R\$ 34.403.000,00, serão destinados à conta de Prejuízos Acumulados da Companhia. 6.1.3. Aprovar, pela maioria dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 266.435.705 votos a favor, 19.075.991 voto contra, e nenhuma abstenção, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2022, no valor de até R\$ 9.004.806,00, líquido de encargos, nos termos da Proposta da Administração constante do Manual. 6.1.4. Foram registrados, com relação ao pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, 2.432.523 e, por conseguinte não foi verificado o atingimento do quórum exigido pela Instrução CVM nº 324, de 19 de janeiro de 2000 e pela Resolução CVM 70/22, de 2% das ações com direito a voto, tendo em vista que os votos a favor da instalação do referido Conselho Fiscal representaram apenas 0,30% das ações com direito a voto. 6.2. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** Prestados os esclarecimentos preliminares, o Sr. Presidente colocou em votação os itens da Ordem do Dia referentes à Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido tomadas pelas acionistas as seguintes deliberações, registrando-se as abstenções e votos favoráveis e contrários, em cada caso: 6.2.1. Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 285.511.696 votos a favor, nenhum voto contra, e nenhuma abstenção, o aumento do número de membros que atualmente compõem o Conselho de Administração da Companhia, de 7 (sete) membros para 8 (oito) membros. 6.2.2. Aprovar por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 285.511.696 votos a favor, nenhum voto contra, e nenhuma abstenção, foi aprovada a eleição, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, a Sra. Camilla Linnéa Jin Ah Giesecke, sueca, casada, nascida em 18 de julho de 1980, portadora do documento de identificação nº 19800718-9429, residente e domiciliada em Sandstenv. 11, SE 16764 Bromma, Suécia, com prazo de mandato unificado ao dos demais membros do Conselho de Administração, ou seja, até 1º de setembro de 2022. 6.2.3.1 O membro do Conselho de Administração ora eleito tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado na forma da lei, por meio do qual (i) declarará, para os fins do disposto no artigo 147, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76 e na Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("ICVM 367"), não estar incurso em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que o impeça de exercer administração de sociedade mercantil; e (ii) atestará a adesão ao compromisso arbitral disposto nos artigos 39 e 40 do Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como no Estatuto Social da Companhia. Nos termos da legislação aplicável, foram recebidas as declarações mencionadas no artigo 147, § 4º da Lei nº 6.404/76 e no artigo 2º da ICVM 367. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada e assinada pelos acionistas presentes, pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa, nos termos do artigo 21-V, §§ 1º e 2º da ICVM 481. **Mesa:** Márcio Loures de Araújo Penna - **Presidente**; Alexandre Rocha Rimulo - **Secretário**; Representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.: Rogério Xavier Magalhães; **Coordenador do Comitê de Auditoria:** Matheus Costa Ferreira. **Acionistas Presentes na Assembleia Geral Ordinária:** Roberto Frota Decourt. **Acionistas que votaram por meio de voto a distância na Assembleia Geral Ordinária:** André Amaral Ribeiro; Israel Fernandes Salmen; Lucas Marques Peloso Figueiredo; Org Investments LLC; Org Investments 2 LLC; João Alberto Gomes Bernacchio; Norges Bank; Public Employees Retirement System Of Ohio; Public Employees Retirement Association of New Mex; Public Employees Ret System of Mississippi; State ST GL Adv Trust Company Inv FF Tax Ex Ret Plans; Washington State Investment Board; Los Angeles County Employees Ret Association; International Monetary Fund; The Regents of The University of California; Ishares Public Limited Company; Sunsuper Superannuation Fund; SPDR SP Emerging Markets ETF; College Retirement Equities Fund; SPDR SP Emerging Markets Small Cap ETF; SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L. F.; Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series Of; Ishares III Public Limited Company; ST ST MSCI Emerging Mkt Small CI Non Lending Common TRT Fund; Vaneck Vectors Brazil Small-Cap ETF; Kaiser Permanente Group Trust; Ishares MSCI Brazil Small Cap ETF; SSGA SPDR ETFs Europe I PLC; SPDR Portfolio MSCI Global Stock Market ETF; Ishares Core MSCI Emerging Markets ETF; Northern Trust Collective EAFE Small Cap Index Fund-Non Lend; ST STR MSCI ACWI Ex USA IMI Screened Non-Lending Comm TR FD; State Street Global All Cap Equity Ex-US Index Portfolio; EP Emerging Markets Small Companies Fund; Ishares IV Public Limited Company; Vanguard Inv Funds ICVC-Vanguard FTSE Global All Cap Index F; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund; Emerging Markets Small Capit Equity Index Non-Lendable Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund B; Champlain Emerging Markets Small Cap Fund, LLC; Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund; Laerernes Pension Forsikringsaktieselskab; Vanguard ESG International; Vanguard Fiduciary TRT Company Instit T Intl STK Mkt Index T; American Century ETF Trust - Avantis Emerging Mark; Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust II; Vanguard Investment Series PLC / Vanguard ESG Emer; Northern Trust Collective Emerging Markets EX Chin; Ishares Emerging Markets IMI Equity Index Fund; Vanguard Total International Stock Index FD, A Se Van S F. **Acionistas Presentes na Assembleia Geral Extraordinária:** Roberto Frota Decourt. **Acionistas que votaram por meio de voto a distância na Assembleia Geral Extraordinária:** André Amaral Ribeiro; Israel Fernandes Salmen; Lucas Marques Peloso Figueiredo; Org Investments LLC; Org Investments 2 LLC; João Alberto Gomes Bernacchio; Norges Bank; Public Employees Retirement System Of Ohio; Public Employees Retirement Association of New Mex; Public Employees Ret System of Mississippi; State ST GL Adv Trust Company Inv FF Tax Ex Ret Plans; Washington State Investment Board; Los Angeles County Employees Ret Association; International Monetary Fund; The Regents of The University of California; Ishares Public Limited Company; Sunsuper Superannuation Fund; SPDR SP Emerging Markets ETF; College Retirement Equities Fund; SPDR SP Emerging Markets Small Cap ETF; SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L. F.; Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series of; Ishares III Public Limited Company; ST ST MSCI Emerging Mkt Small CI Non Lending Common TRT Fund; Vaneck Vectors Brazil Small-Cap ETF; Kaiser Permanente Group Trust; Ishares MSCI Brazil Small Cap ETF; SSGA SPDR ETFs Europe I PLC; SPDR Portfolio MSCI Global Stock Market ETF; Ishares Core MSCI Emerging Markets ETF; Northern Trust Collective EAFE Small Cap Index Fund-Non Lend; ST STR MSCI ACWI Ex USA IMI Screened Non-Lending Comm TR FD; State Street Global All Cap Equity Ex-US Index Portfolio; EP Emerging Markets Small Companies Fund; Ishares IV Public Limited Company; Vanguard Inv Funds ICVC-Vanguard FTSE Global All Cap Index F; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund; Emerging Markets Small Capit Equity Index Non-Lendable Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund B; Champlain Emerging Markets Small Cap Fund, LLC; Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund; Laerernes Pension Forsikringsaktieselskab; Vanguard ESG International; Vanguard Fiduciary TRT Company Instit T Intl STK Mkt Index T; American Century ETF Trust - Avantis Emerging Mark; Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust II; Vanguard Investment Series PLC / Vanguard ESG Emer; Northern Trust Collective Emerging Markets EX Chin; Ishares Emerging Markets IMI Equity Index Fund; Vanguard Total International Stock Index FD, A Se Van S F. **Confere com a ata original lavrada em livro próprio.** Márcio Loures de Araújo Penna - **Presidente**; Alexandre Rocha Rimulo - **Secretário**. **JUCEMG** nº 9338826 em 06/05/2022. Protocolo 222272465 - 05/05/2022. Autenticação: 79EF39 B4682A 3AB881 B84F1B 161CA3 5D4A67A. Para validar, código LKv0. Digitalmente assinada em 15/05/2022 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.



Continuação

operações de swap de juros e derivativo de commodity. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. • **Classificação de instrumentos financeiros:**

Notas	31/12/2021		31/12/2020	
	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	3	324.277	324.277	99.945
Contas a receber	4	11.063	11.063	29.421
Total		335.340	335.340	129.366
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	221	221	1.962
Passivos de arrendamento	15	47.148	47.132	51.033
Fornecedores terceiros	12	941	957	2.017
Fornecedores partes relacionadas	12 e 19	56.344	56.344	4.993
Dividendos a pagar		104.554	104.654	60.005
Total		104.782	104.782	60.005
Não Circulante				
Passivos de arrendamento	15	128	128	
Total		128	128	
Total Passivo		104.782	104.782	60.005

• **Mensuração do valor justo:** Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, em 31 de dezembro de 2020, foram classificados de acordo com a seguinte hierarquia de valor justo: **Nível 2** - Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos. Não há ativos ou passivos classificados nos níveis 1 e 3. A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, em 31 de dezembro de 2021. **11.b) Gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Companhia acredita estar exposta ao risco de preço de mercado e ao risco de liquidez. • **Risco de preço de mercado:** A Companhia também está exposta aos riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo commodities podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções. • **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 13 - Empréstimos e financiamentos. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Total
Passivos de arrendamento (Nota 15)	221	128	349
Fornecedores terceiros (Nota 12)	47.148		47.148
Fornecedores partes relacionadas (Nota 12 e 19)	941		941
Dividendos a pagar	56.344		56.344

Prática Contábil: Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros. No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo de amortização, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas (nota 19)	957	2.017
Fornecedores - terceiros	47.132	51.033
Total	48.089	53.050

Prática Contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	7.592	12.234
Contribuição Social	2.788	4.450
Outros	888	1.782
Total	11.268	18.466

	31/12/2021	31/12/2020
Participação sobre lucro - empregados	994	627
Provisão para consumo	46	46
Outras obrigações	97	94
Total	1.137	767

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos	402	
AVP - Arrendamentos	(53)	
Total	349	

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	221	
Não Circulante	128	
Total	349	

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos - IBR, ambas em termos nominais. A taxa média incremental utilizada na mensuração de passivo de arrendamento e direito de uso nos contratos celebrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de 18,02% a.a. para contratos com prazo de 2 anos. A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial líquido		
Novos arrendamentos	535	
AVP novos arrendamentos	(75)	
Pagamento	(133)	
Juros apropriados	22	
Saldo final líquido	349	

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Total
Arrendamentos	241	161	402
AVP - arrendamentos	(20)	(33)	(53)
Total	221	128	349

• **PIS e COFINS a recuperar:** Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos a seguir o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos	402	
AVP - Arrendamentos	(53)	
Potencial crédito PIS e COFINS	37	
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(5)	

• **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:** A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos de menor valor	122	
Pagamentos variáveis de arrendamentos	375	
Total	498	

De acordo com as orientações do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Considerando o Ofício-Circular/CVM/SEC nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesa de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de arrendamentos	349	367		
Direito de Uso Líquido	340	354		
Despesa Financeira	(21)	(22)		
Despesa de Depreciação	(109)	(111)		

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA)

divulgada pelo Banco Central do Brasil. **Prática Contábil:** Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota a isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no contrato. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e à qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, sendo considerado dos dois o menor. Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como reduções das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente. Também será aplicado o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e para contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social: 16.a) **Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:** O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(132.714)	(15.251)
Diferido	7.451	
Total	(125.263)	(15.251)

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social, bem como o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IRPJ e da CSLL são demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	362.501	74.714
Alíquota	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal combinada	(123.250)	(25.403)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
IR/CS diferidos sobre impairment		15.017
Incentivos fiscais	2.073	1.574
Outros períodos	(1.802)	
Outras exclusões (adições) permanentes	(2.284)	(6.439)
Total	(125.263)	(15.251)
IR/CSLL no resultado do exercício	35%	20%

16.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	31/12/2021	31/12/2020
Diferido		
- Bases Negativas da Contribuição Social	2	(2)
Diferenças temporárias		
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	70	491
- Provisão para consumos e serviços	213	(17)
- Perdas estimadas em ativos	16	1.222
- Provisão pra descomissionamento (ARO)	16.893	6.003
- Outras	406	(66)
Total	17.600	7.451

A Administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 - "Uncertainties Over Income Tax Treatments" e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2021. **Prática Contábil:** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre o lucro tributável em situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita à interpretação e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro líquido tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ágio, de acordo com IAS 12/CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

17. Provisões Trabalhistas, Ambientais e Depósito Judicial: Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações está apresentado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Natureza	Passivo provisionado	Depósito judicial
Trabalhista	132	373
Ambiental	1.519	54
Total	1.651	427

	31/12/2021	31/12/2020
Natureza	Passivo provisionado	Depósito judicial
Trabalhista	205	205
Ambiental	117	45
Total	322	250

A movimentação das provisões trabalhistas e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2021 pode ser assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020		
Natureza	31/12/2020	Adições	Utilização líquida de reversão	31/12/2021
Trabalhista	205	14	10	(97)
Ambiental		1.519		1.519
Total	205	1.533	10	1.651

As provisões tributárias, trabalhistas e cíveis foram estimadas pela Administração, consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. **Processos Tributários:** Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda possível, que figuram como parte a Mineração Nacional, de natureza tributária são (i) autos de infração estaduais de ICMS (glosa de créditos e benefícios fiscais); (ii) ISS - natureza de serviço prestado, (iii) CFEM e (iv) Pedidos de compensação (PERDCOMP) não homologados por suposta inobservância do direito creditório. **Processos trabalhistas:** A Mineração Nacional figura como réu, em 31 de dezembro de 2021, em 194 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas in itinere, e ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia. **Processos cíveis:** Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais da companhia. **Processos ambientais:** Dentre os processos administrativos ambientais em que a Companhia figura como autuada, encontram-se, procedimentos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e eventuais não atendimentos de condicionantes de licenças ambientais. • **Processos Administrativos e Judiciais Possíveis:** A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021	31/12/2020
Processos Tributários	5.589	5.097
Processos Trabalhistas	4.276	3.924
Processos Cíveis	117	45
Processos Ambientais	2.526	2.235
Total	12.508	11.301

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Prática Contábil:** São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e considera-se pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

18. Provisões para Passivos Ambientais e Desativação: O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
Desativação de ativos	85.906	72.047
Total	85.906	72.047

18.a) Passivos Ambientais: Em 31 de dezembro de 2021 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais do mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25. **18.b) Desativação de Ativos:** As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de descontinuidade de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. A Companhia possui o saldo referente a custos com desativação dos ativos minerais, devido principalmente a: i) revisão no processo de caracterização das barragens, e ii) aplicação dos índices de inflação sobre os custos. **Prática Contábil:** A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção. As obrigações com desativação de ativos "A.R.O." (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

19. Partes Relacionadas: 19.a) **Relacionamentos com partes relacionadas:** A CSN é a acionista controladora da Companhia detendo 99,99% de participação no capital social total a CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 48,97% do capital social total da CSN. A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 09 de março de 2022. 19.b) **Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas:**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Outras Partes Relacionadas	Controladora	Outras Partes Relacionadas

Ativo				
				

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D3BF-B6DC-0485-4DCD> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D3BF-B6DC-0485-4DCD



Hash do Documento

td4Q8YAE9QrAwKNNiWvUL3+CQI0XWRi+zzF4CodC8NM=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/08/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 23/08/2022 20:53 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

